



DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E RESPOSTA SINDICAL ÀS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO¹ e JOÃO GABRIEL L. CRUZ TEIXEIRA¹

RESUMO – O trabalho apresenta um painel dos processos de diferenciação social surgidos na agricultura brasileira em consequência da modernização tecnológica. Mostra como esses processos geraram novos agentes produtivos, recriaram outros e mantiveram alguns em estado de inércia. Analisa as percepções dos mesmos com relação, principalmente, ao uso de novos insumos e máquinas agrícolas, e como estão respondendo às implicações dessa modernização, destacando-se as reivindicações de sua representação sindical. O painel é traçado com base em estudos de caso realizados por projeto de pesquisa conduzido no Departamento de Sociologia da UnB ao longo de dois anos, e que tratava das relações entre o papel do Estado como fomentador da modernização agrícola e das consequências para os agentes sociais envolvidos.

SOCIAL DIFFERENTIATION AND UNION RESPONSE TO THE TECHNOLOGICAL CHANGES IN BRAZILIAN AGRICULTURE

ABSTRACT – This paper presents a pannel of the processes of social differentiation which emerged in Brazilian agriculture as a result of the recent technological modernization. It shows how the processes generated new productive agents, recreated some and kept others in a inertial state. It also analyses the perceptions of those agents mainly in relation to the use of new inputs and agricultural machinery and how they are responding to the implications of this modernization by emphasizing the demands of their trade unions. The pannel is based upon case studies conducted at the Department of Sociology of the University of Brasilia over the period of two years. These case studies dealt with the relationships between the role of the State and its policies for the agricultural sector and the consequences for the involved social agents.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um painel dos processos de diferenciação social surgidos na agricultura brasileira em anos recentes, enquanto fomentadas pelas transformações tecnológicas² por que tem passado, em decorrência da introdução de novos insumos e máquinas agrícolas.

¹ Ph.D., em Sociologia, professor(a) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UnB.

² Entende-se, aqui, que as transformações tecnológicas resultam de um processo sócio-político que configura a tecnologia como um campo de interesses. Por outro lado, as transformações tecnológicas induzem a modificações no campo sócio-político à medida que afetam os agentes produtivos.

Estamos interessados em mostrar como esses processos geraram a formação de novos agentes produtivos³, recriaram alguns velhos, mantiveram outros em estado de inércia e explicitaram em cada caso novos agrupamentos sociais.

Por outro lado, queremos caracterizar esses agentes produtivos, especialmente por tipo de cultivo, da propriedade ou não da terra e acesso à tecnologia, mostrando as percepções construídas pelos mesmos em relação à modernização tecnológica e as formas como estão respondendo às implicações da modernização, destacando-se as reivindicações de sua representação sindical.

Por transformações tecnológicas, entendemos o próprio processo de adoção de novas tecnologias pelos agentes produtivos, o qual, resumidamente, incluiu o emprego de insumos em quantidades sem precedentes na produção agrícola brasileira, tais como fertilizantes, adubos químicos, defensivos agrícolas (pesticidas, fungicidas e herbicidas) e corretivos do solo, além de maquinário agrícola (tratores, colheitadeiras, ceifadeiras, etc.), levando ao incremento da produtividade agrícola e à sua diversificação.

Não pretendemos realizar discussão teórica exaustiva sobre o fenômeno da diferenciação social no campo, mas sim utilizar os estudos de caso existentes para, à luz de informações pesquisadas recentemente, montar um painel da diversificação estrutural no meio rural brasileiro. Tomamos como base empírica, especificamente, os estudos realizados no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, os quais serão devidamente citados na descrição de cada caso utilizado.

TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A relativamente intensa transformação tecnológica da agropecuária brasileira, a partir dos anos 70, incide num contexto sócio-político já diferenciado, de modo a tornar mais complexa essa diferenciação, tanto pela redefinição de antigos agentes produtivos como pela criação de novos.

Não desaparecem os agentes produtivos tradicionais – tanto o latifúndio como a pequena produção – e surgem os grandes empresários rurais, os pequenos e médios produtores capitalizados independentes, e os pequenos e médios produtores capitalizados, integrados ao complexo agroindustrial através de cooperativas ou não. A força de trabalho assalariada cresce, espe-

³ Entendidos como agentes sociais envolvidos no processo produtivo. No caso, são considerados novos no sentido de seu significado sócio-político e econômico e não pelo fato de serem ou não os mesmos indivíduos.

cialmente a temporária, e redefine-se o assalariamento permanente, em sua forma pura, para trabalhadores mais especializados.

Dois fatores, basicamente, comandam esse processo de diferenciação: o acesso à terra e o acesso à tecnologia. Isso porque, no limite, é a propriedade da terra que cria a possibilidade de autonomia pela decisão de adoção ou não de novos padrões tecnológicos. As formas tradicionais de arrendamento e parceria reduzem-se, a ponto de anular esse campo de decisão. O arrendamento capitalista, por outro lado e por esse ângulo, aproximaria arrendatários e proprietários. Nessa linha de argumentação, formula-se a hipótese de que o proprietário, por ter autonomia na decisão de adoção de tecnologias, é capaz de problematizar de modo amplo as dimensões econômicas, sociais e políticas da tecnologia; por outro lado, os não-proprietários, especialmente os assalariados, tendem a não ultrapassar os limites de uma problematização trabalhista do uso de tecnologias.

Evidentemente, essas são suposições gerais que se especificam segundo a diversidade de cultivos e de regiões, quer do ponto de vista da demanda tecnológica e de sua satisfação, quer do de seus efeitos sobre a produtividade, o meio ambiente, a saúde e a gestão da força de trabalho. Por outro lado, é importante salientar a possibilidade de que as organizações sindicais poderiam oferecer de redefinição política da problematização da questão tecnológica na agricultura, o que será feito na terceira parte desse texto.

Pretende-se, aqui, ilustrar com alguns casos a complexidade da diferenciação social que acompanha as transformações tecnológicas na agricultura.

PEQUENOS PRODUTORES DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL: NOVOS AGENTES PRODUTIVOS E NOVOS PROBLEMAS

A soja desenvolve-se, no país, contemporaneamente à intensiva transformação tecnológica acima referida. Os pequenos produtores de soja dos municípios de Santo Ângelo, Santa Maria e Carazinho (RS) avaliam a modernização tecnológica após terem-na experimentado diretamente e observado seus efeitos no contexto de região onde produzem⁴. Para eles, tecnologia significa orientar a produção. A tecnologia abarca o conjunto de insumos, defensivos e adubos, e também as máquinas, os silos, a irrigação, as barragens. Tecnologia é o saber dos técnicos, dos agrônomos e também o saber do agricultor. Se há técnicas que destroem o ambiente, há outras que o preservam; se a tecnologia moderna é inevitável, seu uso tem que ser adequado às necessidades do produtor e da produção.

⁴ Detalhes dessas experiências podem ser encontrados em Departamento de Sociologia (1988) e Figueiredo & Araújo (1984).

Os depoimentos colhidos desses produtores não negam que a tecnologia moderna aumenta a produtividade, mas afirmam que este não pode ser o único critério a inspirar a adoção de tecnologias. Se adotadas com exclusividade pelo pequeno produtor, poderá levar ao empobrecimento, à dependência ao banco ou à grande empresa, e à perda da produtividade. A tecnologia deve ser analisada, então, numa perspectiva global, e suas implicações devem ser consideradas para os diferentes tipos de produtores em termos de produtividade, de qualidade de vida, de meio ambiente e de saúde. O que esses pequenos produtores identificam como problemático é o uso exagerado de algumas tecnologias modernas – uso induzido pelo banco e técnicos a serviço de interesses de grandes produtores de insumos e máquinas agrícolas e coordenado por um governo que viabiliza um modelo de desenvolvimento em que as decisões são tomadas “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Ao lado desse uso exagerado, o problema agrava-se pelo não uso de toda tecnologia disponível.

O que esses pequenos produtores de soja tentam combater, então, é essa seleção, esse exagero no uso de tecnologias. Propõem o uso adequado de tecnologias que, em primeiro lugar, nega soluções tecnológicas universalmente válidas e passa pela combinação do saber do técnico e do agricultor experiente. O uso adequado também significa considerar as implicações da tecnologia não só para os produtores, mas para os consumidores, a mão-de-obra e o meio ambiente. O uso adequado da tecnologia contribui não só para melhores rendimentos do pequeno produtor, mas também para preservação da natureza e da saúde do trabalhador. Para os pequenos produtores, além do controle natural de pragas, da conservação do solo e do uso moderado de insumos modernos, é importante evitar a monocultura.

PEQUENOS PRODUTORES E ASSALARIADOS NO RIO DE JANEIRO E EM PERNAMBUCO: VELHOS AGENTES E NOVOS PROBLEMAS

A intensificação do uso de adubos, defensivos e implementos mecânicos na produção de cana-de-açúcar não altera, significativamente, as condições de trabalho e de vida de pequenos produtores e assalariados das regiões da cana do Rio de Janeiro e de Pernambuco, mas coloca-lhes problemas novos, que são percebidos de forma complexa e diferenciada.

Nos municípios de Campos e São João da Barra (RJ), foram colhidos depoimentos de pequenos produtores e assalariados; nos de Rio Formoso, Carpina e São Lorenzo da Mata (PE), de assalariados. Para todos eles, tecnologia refere-se a um conjunto de práticas produtivas, incluindo a mecanização dos processos de limpa, plantio e colheita da cana, adubação e utilização de defensivos. Há unanimidade quanto aos benefícios que tais práticas acarretam para o grande proprietário e quanto aos interesses do Estado e das

multinacionais na sua difusão. Quanto aos efeitos dessas práticas, para aqueles que diretamente trabalham com elas, as percepções diferenciam-se entre pequenos produtores e assalariados.

O uso da tecnologia é generalizado entre pequenos produtores do Rio de Janeiro e os problemas por eles levantados dizem respeito ao difícil acesso à tecnologia e à subordinação a que se vêem sujeitos com a sua utilização. A relação entre os preços dos insumos e os do produto é considerada desfavorável, o crédito – oficial ou privado – é visto como insuficiente. A subordinação financeira decorre do crédito privado ou do aval requerido pelo oficial; a subordinação à tecnologia implica perda de controle da atividade produtiva (por exemplo, a venda da cana em pé e o não controle da colheita e do produto final; o empobrecimento da terra e a maior dependência de adubos).

Para os assalariados da cana, a questão do acesso à tecnologia, da produtividade, da relação de preços, não lhes diz respeito. Suas avaliações da tecnologia giram em torno da influência que ela tem sobre a saúde do trabalhador, o esforço despendido no trabalho, o nível de emprego e o salário. Desenvolvem campanhas contra o uso de defensivos à base de mercúrio e reivindicam a proteção do trabalhador contra venenos e o salário-insalubridade. Esses novos problemas enfrentados pelos assalariados da cana podem significar uma ponte com outros setores sociais para a politização da tecnologia.

OS PEQUENOS PRODUTORES DA ALTA SOROCABANA, SP: NOVOS AGENTES E NOVOS PROBLEMAS⁵

Os pequenos produtores de alimentos básicos (feijão, milho, tomate, batata e hortigranjeiros) da região da Alta Sorocabana (Itararé, Itapeva e Ca-pão Bonito), capitalizados pelo acesso ao crédito subsidiado, enfrentam de forma diferenciada os problemas gerados pela dependência ao sistema financeiro, que levou a muitos casos de endividamento e inadimplência, os quais representam ameaças concretas à manutenção da propriedade e da lucratividade. Nas duas últimas décadas, esses agentes aderiram plenamente ao modelo de adoção indiscriminada dos adubos químicos e defensivos agrícolas, principalmente herbicidas e fungicidas. Pode-se afirmar que, grosso modo, eles contrariam a afirmativa de que a adoção desses insumos se deu notadamente pelos agentes de produtos de exportação, em que o volume e a lucratividade dos negócios permitiam a utilização massiça dos mesmos. Eles necessitam de orientação criteriosa sobre o uso adequado desses insumos, e

⁵ Este estudo específico foi conduzido por João Gabriel Teixeira e Luiz Renato Vieira. Ver Universidade de Brasília (1988).

mostram-se preocupados com os efeitos negativos dessa utilização sobre a qualidade do solo e dos alimentos e no que afeta a saúde dos aplicadores dos "venenos" e dos consumidores. Além disso, tornam-se conscientes das implicações desse uso sobre o meio ambiente e a qualidade de vida deles próprios e de sua família. Queixam-se da inadequação dos equipamentos de proteção existentes, que consideram inapropriados para o clima local, e das firmas comercializadoras daqueles produtos, que agem de forma irresponsável e gananciosa, levando os produtores a utilizarem defensivos condenados internacionalmente e sem o receituário adequado, havendo, por outro lado, insuficiência de técnicos agrícolas disponíveis para a orientação e negligência tanto por parte das autoridades competentes como dos próprios usuários.

Preocupam-se com a necessidade de desenvolvimento dos programas de difusão e assistência técnica e com a falta de receptividade das escolas rurais às suas tentativas de fornecer instruções aos usuários, diretamente ou através de seus filhos. Os casos de contaminação coletiva começam a surgir e reuniões regionais para tratar dos problemas tornam-se mais frequentes.

A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI, PE: NOVOS AGENTES E VELHOS PROBLEMAS

Os cooperativados de Tiriri podem-se identificar, atualmente, tanto como pequenos produtores de cana quanto como usineiros, mas, desde a sua criação em 1963, a cooperativa não chegou a se configurar como cooperativa empresarial, capaz de competir com as demais empresas agroindustriais da região.⁶

A cooperativa foi criada a partir da ocupação de 143 ha do Engenho Tiriri, então abandonado por trabalhadores sem terra que, gerenciados pela SUDENE, praticavam, inicialmente, policultura de alimentos, ocupando um espaço não desejado e não realizado pela empresa capitalista. A partir de sua formalização, a SUDENE negociou arrendamento de terras de engenhos vizinhos, cujo contrato foi assinado já em julho de 1963, tornando-se a cooperativa fornecedora de cana às usinas vizinhas. O processo produtivo e a organização do trabalho passam a dar-se em função das usinas que determinam o ritmo e as condições nas quais a produção deve ser realizada. Entre 1963 e 1968, a cooperativa estruturou-se em função das obrigações explicitadas no contrato de arrendamento, mantendo-se as características coletivas da produção e organização do trabalho.

A situação econômica da cooperativa, que se agrava paulatinamente a partir de 1964, culmina com o afastamento da SUDENE e a rescisão do

⁶ O estudo específico de Tiriri vem sendo realizado por Berlindes Astrid Kücherman e Eduardo Biavati Pereira. Maiores detalhes podem ser encontrados em Universidade de Brasília (1988).

contrato, em 1968. Antes da desestruturação da cooperativa, o INCRA desapropriou a área e submete-a à intervenção federal, até que novas bases de funcionamento fossem estabelecidas.

A intervenção encerra-se em 1970, após ter-se instituído o parcelamento das terras em 10 ha, para o estabelecimento de cada associado, da determinação, pela cooperativa, do plantio de cana em 6 ha desse total, e terem-se estabelecidos contatos com o sistema financeiro para facilidades de crédito a serem repassados aos produtores, visando à mecanização e absorção de insumos modernos. Com o período da intervenção, encerra-se o regime coletivo de produção e trabalho na cooperativa, e a nova diretoria de associados mantém as diretrizes que a interventora havia implantado. O volume da produção de cana da cooperativa sobe de 17.180 toneladas na safra de 1969/70 para 32.820 em 1970/71.

Entre 1968 e 1978 delinea-se e desenvolve-se um processo de diferenciação social entre os cooperativados, a qual tem origem na individualização da produção provocada pelo parcelamento da terra. Além da variação na qualidade dos solos, na localização da parcela e da disponibilidade de mão-de-obra, o acesso ao crédito foi um dos fatores fundamentais na diferenciação. Com o crédito, os associados compravam instrumentos básicos de trabalho, defensivos e adubos. O adubo era o principal fator de produção a ser conseguido através do crédito. De modo geral, o crédito reforçava as diferenças entre os cooperativados, permitindo a alguns aumentar sua produção acima da quota mínima, enquanto outros não a alcançavam. Estes, sustentados pelos fundos coletivos da cooperativa, passavam a ser identificados como "preguiçosos", enquanto os primeiros são os "trabalhadores". Nesses dez anos, acompanhando a diferenciação, a produção de cana cresceu de menos de 17.000 t em 1968 para 148.200 em 1978.

A partir de 1978, novos fatores contribuem para a aceleração das disparidades sociais e econômicas entre os cooperativados, nas quais a presença do Estado, através do INCRA, tem papel fundamental. Em 1978, o governo de Pernambuco anunciou desapropriação de terras, visando à construção de um complexo industrial e portuário. A desapropriação envolvia as terras do INCRA administradas pela cooperativa. O processo de negociação foi complexo e a solução definitiva surgiu apenas em 1981, quando o governo propôs que a cooperativa empenhasse o valor global da indenização, a título de entrada, na compra dos parques industrial e agrícola de duas usinas que estavam em poder do governo, dado que ambas estavam inadimplentes para com o sistema financeiro estatal e o IAA. Com a compra, os cooperativados de Tiriri tornaram-se, também, usineiros.

A necessidade de maior eficiência do complexo agroindustrial da cooperativa leva a novas formas de organização da produção e do trabalho

que incidem na diferenciação que já se vinha verificando. Abrem-se aos cooperados parcelas de 10, 20, 40 e 60 ha e admitem-se, no quadro da cooperativa, associados não agricultores. Os destinos da cooperativa, enquanto tal, não parecem promissores, dado, inclusive, o embargo de sua produção para a liquidação da dívida contraída com a compra das usinas. No entanto, os sócios mais dinâmicos, com as maiores parcelas, vêm-se constituindo como empresários da cana e parecem determinados a assim continuarem, usando o crédito como mecanismo central para a absorção de tecnologias no seu empreendimento.

COMPLEXO ALCOOLEIRO NO SUDESTE DE GOIÁS: NOVOS AGENTES E VELHOS PROBLEMAS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O estudo do complexo alcooleiro do Sudoeste de Goiás (municípios de Cristalina, Catalão e Campo Alegre)⁷ revela a criação, pelo Estado, de novo agente produtivo na agropecuária, o capitalista de fronteira. Instalados em região típica de fazendas tradicionais de pecuária extensiva, grupos de industriais paulistas e mineiros, na década de 70, começaram a adquirir grandes glebas de terra para implantação de cultura de grãos. Nesse momento, a região sofre o primeiro impacto da modernização agrícola, principalmente sobre a reserva de trabalho agrícola local, que recebe positivamente as mudanças ocorridas. Por outro lado, os novos empresários agrícolas exógenos puderam se beneficiar de mercados consumidores de considerável porte e relativamente próximos às novas unidades instaladas, além das facilidades de transporte, e do suporte técnico especializado disponível na região (próximo a Goiânia e Brasília). O empresário que deu origem ao complexo alcooleiro a que nos referimos veio instalar-se na região em 1974, adotando a mesma estratégia dos empreendimentos anteriores e usufruindo as mesmas vantagens. As terras abertas até então com o cultivo predominante do arroz eram relativamente pequenas em comparação com as extensões adquiridas, o que não impediu que os novos empreendimentos se utilizassem da disponibilidade de crédito a juros subsidiados para aquisição de insumos, máquinas agrícolas, silos e principalmente corretores de solo, quando não era desviado para expandir as pastagens, que tornaram o gado de corte a grande opção econômica para a região. Na verdade, poucas unidades conseguiram capitalizar-se e, ao nível da mão-de-obra local, após a instalação dos empreendimentos, ao lado de um processo de urbanização populacional, escasseavam as oportunidades de emprego permanente.

⁷ Este estudo específico encontra-se em Universidade de Brasília (1988) e foi conduzido por Getúlio Vargas.

Assim, a fazenda que deu origem ao complexo estudado já contava, em 1978, com 4.000 ha de pastagens, 3.000 cabeças de gado Nelore e, ainda, lavras de arroz, milho e trigo.

O novo processo de expansão surgiu em 1979 e 1980, quando aqueles empresários agrícolas, capitalizados e tecnificados, optaram pelos incentivos da política agrícola a culturas de exportação no Cerrado. Neste momento, a Fazenda Lago Azul, a maior unidade e pioneira na região, pôde utilizar financiamentos do Programa Nacional do Alcool para implantar uma usina com a capacidade média de destilar 120.000 litros/dia. Então começou a imperar a lógica da economia de fronteira, difundindo-se a ideologia do pioneirismo até mesmo entre os trabalhadores dos diversos níveis do empreendimento.

A lavoura de cana pôde ser desenvolvida em terras resgatadas à pecuária, adubadas organicamente, e a primeira safra utilizou apenas sessenta trabalhadores, recrutados principalmente nos municípios mencionados, e que, em sua maioria, já trabalhavam juntos nas culturas de verão anteriores da fazenda. Eram, portanto, coesos e já haviam desenvolvido um grau considerável de solidariedade, além de alguma profissionalização na lida com máquinas agrícolas e comando de turmas.

Neste campo é que a lógica da economia de fronteira presidiu, pois o emprego apenas da mão-de-obra local disponível, sem treinamento específico e "committed", facilitou o barateamento do empreendimento, de forma que as exigências tecnológicas mínimas dos programas de financiamento eram atendidas e a lucratividade mantida.

Como resultado, as moagens refletiam os processos de gestão empregados. Na primeira, foram alcançados 1,5 milhão de litros de álcool e na segunda 5 milhões, embora a capacidade instalada da usina fosse de 32 milhões. Por outro lado, a produtividade média não alcançava 40 toneladas/ha (quando a média nacional era de 80), devido, principalmente, à adubação química insuficiente. A usina funcionava de forma deficiente por faltar, entre outros, pessoal qualificado em montagem e manutenção. Além disso, a pecuária foi mantida, sobrecarregando a gerência, demasiadamente centralizada e despreparada.

Atualmente, a usina enfrenta vários dilemas. Primeiro, é impossível manter o mesmo tipo de gerência de fronteira com a redução de custos e a baixa produtividade detectados, pois o empreendimento tornou-se não competitivo. A modernização tecnológica parcial, ao nível dos investimentos de capital e da gestão de mão-de-obra, numa agricultura cada vez menos subsidiada, tem-se tornado antieconômica. A opção tem sido o reinvestimento no aumento dos rebanhos e na expansão das pastagens com a aquisição de novas terras.

Ao nível da força de trabalho, o mercado de empregos ampliou-se com o surgimento de novos empreendimentos, fragilizando a política de recrutamento da gerência e criando maiores condições de mobilidade. Não obstante, formou-se um segmento de trabalhadores especializados informalmente, que percebem os erros técnicos cometidos pela gerência no interesse da redução de custos. Esse grupo, com maior poder de barganha e domínio técnico do processo produtivo, por outro lado, vem questionando os métodos da "gerência de fronteira", considerados irracionais por não visarem ao aumento da produção e produtividade da usina.

Assim, os novos agentes, ao se decidirem por velhas estratégias, geraram, no bojo da modernização tecnológica intentada, antigos problemas, não permitindo a criação de oportunidades de trabalho em número suficiente e, em decorrência, maior integração regional da força de trabalho disponível.

A EXPANSÃO CAPITALISTA NO ACRE: NOVOS AGENTES E NOVAS ESTRATÉGIAS

O processo de intensa latifundiáriação das terras do Acre⁸ teve início na década de 1970, mas atingiu seu ápice no biênio de 1983/1984, quando a maior parte dos novos empreendimentos foram instalados, usufruindo incentivos fiscais e facilidades de financiamento criados através dos diversos programas de desenvolvimento para a região pelo governo federal. Trata-se de processo de expansão capitalista em zona de fronteira remota, que se tornou possível graças a uma estratégia de investimentos que pode ser resumida na expressão *consilium fraudis*, ou seja, a reedição do confluente entre agências estatais e segmentos da elite burguesa, aproveitando-se da indigência de recursos financeiros, capacidade empreendedora e infra-estrutura prevalecente na região, que justificaram a ampliação dos incentivos aos investimentos na Amazônia Ocidental e que elevaram os tetos de financiamento até 90% do investimento total. Essa ampliação, por sua vez, permitiu a canalização dos interesses de grupos forasteiros na aquisição de latifúndios, sob pretexto de instalação de grandes projetos agropecuários e, secundariamente, de madeireiros e beneficiadores de borracha. Esse processo caracterizou-se por ser extremamente especulativo das terras da nova fronteira, o que levou a graus extremos de concentração da propriedade da terra. Os dados demonstram que a categoria dos imóveis de mais de 10.000 ha na região é bastante reduzida em número, representando apenas 1% dos imóveis rurais, mas ocupa 67,7% da área total cadastrada. Por outro lado, dos 192 proprietários listados, há

⁸ Ver Universidade de Brasília (1988). Este caso foi estudado por Marcílio Ribeiro Sant'Ana e constitui a base de sua dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB.

cerca de 23 possuidores de mais de um imóvel, sendo que um deles é proprietário de 8 imóveis de mais de 10.000 ha, perfazendo um total de 804.888,8 ha, sem a inclusão dos seus imóveis menores em área. Outra característica notável é a existência de laços desses investidores com grupos e interesses privados capitalizados do Centro-Sul do país, principalmente do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, organizados em sociedades anônimas e oficialmente dedicadas a atividades agrícolas e pecuárias e à comercialização de seus produtos, mas na verdade extensa e ostensivamente à pecuária de corte e, secundariamente, à extração e beneficiamento da borracha e madeira de lei. Essas sociedades anônimas, em geral, possuem controle acionário centralizado em uma única pessoa e a estrutura distribuída frequentemente entre membros da mesma família, de forma a atenderem às exigências formais do Finam. Além disso, o exame dos registros dessas empresas revela a presença de parlamentares e banqueiros (oficialmente denominados de funcionários públicos), bancários e, até mesmo, de figuras do "jet set" internacional, concomitante à conglomeração das mesmas entre si, reduzidas a alguns grupos econômicos como Varig/Cruzeiro, Bradesco e Real. A presença de acreanos reduz-se às empresas de menor porte, havendo ampla predominância de paulistas, o que levou a região a ser cognominada de o novo "chão dos paulistas".

As madeireiras, por seu turno, restringem suas atividades ao extrativismo inerente à fase inicial do empreendimento agropecuário, na abertura das pastagens. Os próprios madeireiros definem-se nos registros como "comerciantes", evitando o estigma atribuído à sua atividade predatória. Por outro lado, as beneficiadoras de borracha passam por dificuldades de comercialização e de falta de acesso aos financiamentos para modernização e ampliação dos seus projetos.

A situação descrita permite antever que a aplicação da política de incentivos na região não beneficiou significativamente a mesma, ao multiplicar os privilégios às empresas de fora, gerando o que Martins (1977) considera a gestação de um animal brasileiro *sui generis*, o capitalista sem capital. Ademais, os projetos agropecuários são os que permitem menores repercussões sociais, se examinados pela ótica da geração de novos empregos, já que uma unidade de trabalho na agropecuária custa sete vezes mais que nos outros setores, além de usar a força de trabalho predominantemente temporária, em condições precárias e de alta exploração.

**PRESIDENTE OLEGÁRIO:
OLIGARQUIA TRADICIONAL E MODERNOS EMPREENDEDORES**

Na última década, a agropecuária do município de Presidente Olegário passou por transformações importantes, com introdução de novos agentes

produtivos e recriação de outros já existentes⁹. No nível da força de trabalho, observa-se aumento significativo do assalariamento e redução da parceria. O assalariamento temporário, por exemplo, aumentou seis vezes num período em que a mão-de-obra total chegou a sofrer redução em termos absolutos. O aumento no uso de insumos modernos foi também expressivo. A absorção de força de trabalho mecânica triplicou entre 1975 e 1980, enquanto decresce o uso de força animal. Há forte crescimento no número de tratores, arados de tração mecânica e colheitadeiras. O índice de tratores por 1.000 pessoas ocupadas passa de 14,8 em 1975 para 43,2 em 1985. O consumo de energia elétrica aumentou 25,7 vezes no período. Os insumos químicos tiveram forte aumento, principalmente defensivos. Houve, em geral, uma intensificação de capital por unidade de área, já que as taxas de aumento no uso dos insumos modernos superou em muito o crescimento da área dos estabelecimentos. No período, a área de lavoura temporária duplicou, enquanto a área total de pastagens permaneceu constante, tendo havido redução na área de pastagens naturais e aumento de pastagem plantada.

Essas modificações acompanham o 'boom' da soja na região. Apesar do reduzido número de sojicultores (20 em 1980), o município respondeu por 7,1% do volume da produção de soja no Estado em 1985, com uma produtividade média de 18,8% acima da média estadual (1.975 kg/ha) e 25% acima da média nacional (1.800 kg/ha). A pecuária bovina não deixa de se modernizar (o rebanho cresce a uma taxa de 4,5 a.a. entre 1970 e 1985, enquanto nas décadas anteriores à de 70 a taxa era de 3,8 a.a.), apesar de sua baixa produtividade (a densidade econômica do rebanho subiu, apenas, de 0,40 cabeça/ha de pastagem em 1975 para 0,43 cabeça/ha em 1980). Cabe lembrar que essa produção bovina (e leiteira) é relevante para o abastecimento de centros como Patos de Minas e Brasília.

A pecuária, no município, é conduzida por produtores tradicionais, membros de antigas famílias da região. Os sojicultores são sulistas, recentes agentes na produção agrícola empresarial do município. Tanto pecuaristas como sojicultores reúnem a condição de proprietários das terras e dirigentes da produção. Os interesses desses dois conjuntos de agentes produtivos organizam-se em diferentes instâncias e o nível sindical não é o único nem o prioritário. O sindicato rural foi e é dominado pelos pecuaristas, que, através dele, exercem o poder localmente e, inclusive, oferecem serviços assistenciais à força de trabalho. Os sojicultores, excluídos do sindicato, entram em contato direto com a tecnocracia governamental e com grandes indústrias e comerciantes, visando a potencializar a acumulação em suas propriedades.

⁹ Registros detalhados desse caso encontram-se em Universidade de Brasília (1988) e na dissertação de mestrado de Bráulio Tarcísio P. de Matos, apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB na mesma época.

Tanto sojicultores como pecuaristas vinculam-se a associações de tipo empresarial. O sindicato rural não é o lugar privilegiado para a nova burguesia agrária (sojicultores) incrementar seu projeto de acumulação. O sindicato não assegura poder diferencial essencial, em termos de modernização capitalista, nem para a diretoria nem para os associados. Também, ao nível do mercado, as associações de tipo empresarial são mais eficazes na realização dos interesses dos produtores.

Por outro lado, o sindicato rural, comandado pelos pecuaristas, desempenha seu papel na defesa dos interesses dos proprietários rurais, quer pela preservação da estrutura fundiária existente, quer pela desmobilização política do trabalhador, pela extensão a ele da assistência médico-odontológica.

RESPOSTA SINDICAL À MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os diferentes casos a que se fez referência ilustram a complexidade de agentes produtivos na agricultura brasileira e a correlata diversidade de interesses e reivindicações dos mesmos. Os grandes produtores, apesar de sua variação enquanto agentes capitalistas (todos com alta vinculação ao Estado, sendo que apenas os sojicultores de Presidente Olegário apresentam forte investimento em capital produtivo, especialmente em tecnologia moderna), não evidenciam uma preocupação com as implicações da tecnologia para além do que podem acarretar de intensificação do lucro. Além disso, seus interesses expressam-se e realizam-se de forma individualizada ou organizada, em instâncias diversas das quais a estrutura sindical é apenas uma das possibilidades.

No que diz respeito aos trabalhadores assalariados e pequenos produtores rurais, a problematização da tecnologia faz-se de modo mais complexo e reflete-se na estrutura sindical de trabalhadores rurais. Quer pelo questionamento da viabilidade econômica da pequena produção frente à absorção de tecnologias, quer pelas reivindicações de proteção do trabalhador sujeito ao uso de técnicas modernas de produção. No âmbito do sindicalismo de trabalhadores rurais, muitas das questões vividas pelos agentes produtivos assumem relevância na discussão das implicações da tecnologia para a saúde, o meio ambiente, o nível de renda e o emprego.

Tomando como base o IV Congresso da CONTAG, em 1985, vemos que as resoluções sobre o encaminhamento das questões tecnológicas representa, em larga escala, o grau de entendimento do MSTR sobre as mesmas no que afetam as condições de vida e trabalho desses agentes. Assim é que naquele congresso determinou-se que o MSTR deveria implementar ações no sentido de permitir o uso adequado dos insumos agrícolas.

Quanto ao uso de insumos o IV CONTAG reconheceu a sua importância para o aumento da produção e da produtividade agrícola, contudo apon-

tou para o fato de que seus preços e qualidade não são controlados pelo governo e sua produção e comercialização encontram-se basicamente nas mãos das multinacionais. Denunciou ainda que os chamados insumos modernos (fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas selecionadas, rações, etc.) têm provocado aumento nos custos de produção e preço dos produtos e que muitos trabalhadores têm morrido envenenados ou ficado deficientes por causa do uso indevido ou indiscriminado de agrotóxicos.

Propõe a nacionalização de toda a produção e comercialização dos insumos e demais produtos agrícolas; o controle rigoroso do governo sobre os preços e a qualidade dos insumos; a criação de laboratórios para fiscalização e análise da qualidade dos mesmos; e o fornecimento, pelo governo, de máquinas agrícolas a todos os municípios, para prestar serviços a pequenos agricultores mediante o pagamento de taxa de conservação. Tais máquinas e implementos agrícolas seriam isentos de IPI e ficariam sob a responsabilidade da EMATER ou qualquer outro órgão do governo.

As resoluções da comissão de Política Agrícola do IV Congresso de Trabalhadores Rurais propuseram o reforço da legislação de proteção ao meio ambiente, exigindo sanções e penalidades mais rigorosas para os casos de aplicações de defensivos que causem prejuízos à saúde e para os casos de poluição dos rios por detritos industriais, reivindicando também a proibição da fabricação daqueles produtos comprovadamente tóxicos, especialmente os clorados, assim como a proibição de importação daqueles já condenados em outros países.

No IV CONTAG, o MSTR exigiu a apuração de todas as denúncias de uso de agrotóxicos que têm causado envenenamento de trabalhadores, especialmente o seu uso nos desmatamentos para implantação de barragens, com a punição dos culpados, além de propor a obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção para aplicação de agrotóxicos e da definição prévia dos depósitos de vinhoto na implantação de destilarias de álcool.

Entre as medidas então preconizadas estava a garantia de vigência das leis estaduais sobre agrotóxicos, que vêm regulamentando a comercialização e o uso desses produtos, e a proibição das propagandas sobre agrotóxicos, sugerindo, entre outras medidas, a criação de um órgão específico para controle e fiscalização da aplicação de pesticidas, vinculado ao Ministério da Agricultura. Propôs-se, também, a divulgação, através do rádio e da TV, de manual técnico sobre as conseqüências e os danos causados pelos pesticidas, e a criação, pelo governo, de um departamento especializado no controle biológico de pragas em todo o Brasil.

As considerações que se seguem têm como base os achados de um estudo¹⁰ de como os trabalhadores rurais, através de suas Federações, vêm encaminhando essas reivindicações e as dificuldades de enfrentamento das questões tecnológicas, a articulação feita por eles junto a outros movimentos sociais (ecológicos, partidários, etc.) e outras organizações da sociedade civil.

Destaque especial foi dado a três questões: da saúde, do desemprego e do próprio papel do MSTR diante da problemática do desenvolvimento tecnológico e seus efeitos no campo.

Procurou-se identificar os casos de trabalhadores que, de alguma forma, tiveram sua saúde prejudicada pelo uso de agrotóxicos e a reação dos trabalhadores e dos próprios sindicatos diante das respostas encaminhadas ou omitidas pela justiça competente. Procurou-se também identificar o comportamento dos trabalhadores e dos sindicatos diante de exigência de cumprimento da legislação quanto ao fornecimento, pelos empregadores, de equipamentos de proteção para aplicação de defensivos.

A questão do desemprego gerado pelo largo uso de herbicidas e pela mecanização foi também colocada, na tentativa de se identificarem as percepções do MSTR das implicações da tecnologia no processo de trabalho e de seus efeitos nas relações de produção.

Foram pesquisadas cinco regiões. Duas destas são de tradição açucareira, tendo sofrido transformações tecnológicas recentes, com a introdução de maquinários e defensivos agrícolas nas suas lavouras: a região da Zona da Mata em Pernambuco, envolvendo áreas de antigos engenhos – e hoje modernas usinas – e a região do Norte do Rio de Janeiro (Campos e São João da Barra). A terceira região é de pequenos produtores de soja, hortigranjeiros e fruticultores do Rio Grande do Sul, onde o incremento do uso de agrotóxicos nos últimos decênios foi bastante significativo. As características e reivindicações desses agentes, bem como dos produtores da quarta região estudada, a dos pequenos produtores de alimentos da Alta Sorocabana, no estado de São Paulo, já foram apresentados.

A região açucareira de Araraquara, com estrutura de usinas muito forte e organização sindical reforçada por grande contingente de trabalhadores volantes (“bóias-frias”), é a quinta região. Em todos esses casos, o MSTR local está articulado à CONTAG através de suas respectivas Federações.

O MSTR reivindica a criação de mais e novos caminhos de difusão de informações específicas sobre o uso daqueles insumos, no sentido de imple-

¹⁰ Ver relatório específico do Subgrupo III sobre “Resposta sindical às transformações tecnológicas na agricultura brasileira”, em Universidade de Brasília (1988). A parte relativa aos Congressos da CONTAG foi realizada por Elizabeth Soares de Freitas, e parte concernente à Federação do RS, por Neuza Zimmerman.

mentar seu uso adequado, pois reconhece a crucialidade da educação dos agentes usuários e a fragilidade das ações isoladas nesse intuito. Confirma que apenas através de programas de educação formal sobre o assunto seria possível ensinar aos trabalhadores, de forma extensiva e eficaz, o uso adequado de produtos tóxicos, suas normas de preparação e a utilização correta dos equipamentos individuais de proteção (EPI). De fato, alguns trabalhadores já se recusaram a trabalhar sem as devidas condições de higiene e segurança. Estes, porém, como resultado da recorrente e excessiva reserva de mão-de-obra disponível, aceitam a tarefa por uma remuneração mais elevada.

Observa-se certa ambigüidade do MSTR com relação à instauração do salário-insalubridade para os aplicadores dos "venenos", pois os trabalhadores consideram que esse direito poder-lhes-á criar problemas mais sérios de saúde, aumentando a mortalidade. Notaram que seria recomendável, nesse caso, ao lado do salário-insalubridade, que exames médicos regulares fossem realizados antes e depois da aplicação daqueles produtos, além do exigido uso correto dos EPI.

Contudo, a luta maior é no sentido de combater o não cumprimento das cláusulas dos dissídios coletivos por parte dos patrões. Na última década, o MSTR conquistou vários direitos, tais como assistência ambulatorial e, no caso de acidentes no trabalho, a obrigação de os empregados celebrarem convênios com clínicas e hospitais, além do salário-insalubridade.

Em 1983, os dissídios coletivos incluíam a obrigação de os empregadores também fornecerem ferramentas e implementos agrícolas, e os trabalhadores conquistaram o direito à estabilidade no emprego até seis meses após a alta médica e a um trabalho adequado às suas forças. Nos dissídios de 1984, a aplicação de defensivos foi proibida a menores de idade e a mulheres grávidas. Foi determinado então que trabalhadores neste tipo de tarefa deveriam ser submetidos a exames médicos mensais, além da obrigação do uso de luvas, capas e filtros para respiração.

Em 1986, esses avanços foram expandidos, com a reivindicação por medidas de proteção dos trabalhadores no transporte aos locais de trabalho, determinando-se que fosse adicionado um compartimento separado nos veículos para o armazenamento de fertilizantes e defensivos, de modo a evitar o contato dos trabalhadores com esses produtos. Também foi adicionada a exigência quanto ao cumprimento das normas de aplicação conforme determinadas no receituário agrônomo e durante as horas mais frias do dia.

Contudo, essas cláusulas são permanentemente ignoradas pelos patrões, auxiliados pela morosidade da justiça do trabalho e pela insuficiência dos laudos médicos. Os líderes do MSTR também acusam os patrões de fraudarem os trabalhadores da cana através do uso de balanças viciadas, que interferem na remuneração daqueles que trabalham por empreitada.

Na verdade, as atuais escalas de pagamento da cana colhida variam de acordo com a tecnologia empregada e com as condições topográficas das áreas cultivadas, o que conduz os trabalhadores a aceitarem remuneração menor em troca do uso de tecnologias que reduzem a fadiga no trabalho de plantio e colheita. Entrementes, o que se verifica é, além da concentração fundiária, o aumento da produção por hectare.¹¹

Nota-se também o entendimento de que o trabalhador considera mais difícil encaminhar demandas que envolvem prejuízos físicos, perda de saúde e invalidez, do que aquelas referentes às perdas salariais, desemprego, etc. Os laudos médicos exigidos são difíceis de se obter e os sintomas de contaminação confundidos com os das doenças endêmicas (e de anemia), que proliferam nas regiões pesquisadas.

Para a região açucareira de Campos, em particular, é notável que as lideranças locais considerem que mudanças substanciais no quadro atual somente são possíveis com a realização da Reforma Agrária e o estabelecimento de nova estrutura fundiária. Essa reestruturação permitira aos trabalhadores, nas suas próprias terras, efetuarem o uso adequado daqueles e de outras tecnologias. Por outro lado, também colocaram a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) como auspiciosa oportunidade histórica para induzir às demandas locais, mas que ela não poderia resolver definitivamente seus problemas, os quais somente seriam superados com a articulação do MSTR local com outras agências de poder local e outras organizações da sociedade civil.

Na verdade, a federação já está participando do conselho de duas iniciativas governamentais, criadas para apresentar soluções para os problemas que afetam a saúde dos agentes e do meio ambiente.¹²

Já os pequenos produtores de soja do Rio Grande do Sul, como vimos, receberam favoravelmente as inovações tecnológicas em seus cultivos. Essas inovações foram entendidas como instrumentos necessários ao desenvolvimento da produção local. O questionamento do modelo adotado (inclusive da monocultura da soja) é contemporâneo à crise do mesmo, com ameaça de descapitalização e de perda de propriedades. Então, ficaram claras para eles a dominação e a dependência em que se encontravam perante o setor industrial de insumos e os bancos.

Por outro lado, a Federação do Rio Grande do Sul tem encontrado dificuldades em contemplar as especificidades dos diferentes sindicatos associados. Ações independentes têm-se tornado mais visíveis e novas associações

¹¹ Entre 1975 e 1980, em Pernambuco, a produtividade aumentou de 42,50 t/ha para 49,88 t/ha.

¹² Comissão Estadual de Combate aos Agrotóxicos e Herbicidas (CECAB) e Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA).

têm sido criadas para o uso cooperativo de maquinário e para discussão de problemas concretos. Proliferam as tentativas de fazer uso de fertilizantes alternativos, no sentido de evitar os efeitos negativos sobre a qualidade dos solos, expandindo, também, a articulação do MSTR com outros movimentos sociais (ecológicos, partidos políticos, etc.). A ausência de fiscalização sistemática pelo governo e o não-uso do receituário agrônômico adequado são considerados os problemas mais sérios que estão enfrentando.

No caso dos pequenos produtores de alimentos de São Paulo, é evidente que a tecnologia agrícola apenas recentemente se tornou preocupação crucial da Federação local. No entanto, em 1960, a percentagem de propriedades agrícolas que usaram fertilizantes, em São Paulo como um todo, foi o dobro da média nacional, e esta percentagem foi pouco reduzida nos anos 70 e 80, o que também se repetiu para o uso de tratores e outros insumos agrícolas.

Este fato pode ser explicado pela heterogeneidade do MSTR local e pelos múltiplos interesses que a estrutura sindical deve contemplar, tendo em vista o dinamismo e a diversidade da agricultura paulista.

A despeito do imediatismo existente na ênfase sobre ganhos salariais, verifica-se que o MSTR em São Paulo tem expandido seu nível de politização da tecnologia. Isso é particularmente notado nos encontros regionais realizados para se discutirem exclusivamente os problemas de saúde dos trabalhadores. É possível que, a partir deles, novo avanço significativo da resposta sindical emerge.

Em síntese, pode-se dizer que o esforço do MSTR brasileiro, no sentido de implementar as resoluções e recomendações da CONTAG referentes ao uso das tecnologias na agricultura, tem encontrado amplo campo de ressonância, em que reivindicações diferenciadas começam a ficar explícitas e indicam no sentido de formação de novo campo de atuação para as lideranças sindicais e para os próprios trabalhadores.

O fato de a totalidade do MSTR estar imersa na consecução de reivindicações mais imediatas, ao nível de salário e segurança no emprego, não impediu que a CONTAG incorporasse a politização da questão tecnológica tal como realizada em alguns sindicatos e regiões, e ampliasse o campo dessa politização. No entanto, a tecnologia, como questão nova para o MSTR, está a exigir desenvolvimento de conhecimento específico.

Assim, a imersão na luta imediata não bloqueou a construção de novos sujeitos políticos no bojo da modernização tecnológica encetada pelo Estado, devido, sobretudo, ao fato de que o uso incontrolado dessas tecnologias tem atingido diretamente o trabalho. Se esse fato não tem ainda se desdobrado no sentido de um encaminhamento mais efetivo das reivindicações pertinentes, ao afetar o trabalhador na sua saúde, sua segurança no emprego e a sua ren-

da, ele tem permitido o surgimento de novos espaços na construção de sua cidadania, por reclamar do trabalhador a sua participação na luta política, legal e diária, por melhores condições de trabalho e de qualidade de vida.

As extrapolações feitas sobre a problemática em relação a temas mais amplos do processo de democratização da sociedade brasileira, tais como a Reforma Agrária e a Constituinte, são evidências de que a passagem das lutas imediatas para um campo mais sofisticado, do ponto de vista de seus componentes e variáveis, permitirá ao MSTR assumir, em prazo relativamente curto, a questão tecnológica no campo como primordial.

Ao contrário do que acontece com o patronato rural, portanto, é a estrutura sindical legal o *locus* privilegiado onde esse novo campo se define e onde as lutas se realizam.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que no âmbito mesmo da Assembléia Nacional Constituinte foi a questão tecnológica que estabeleceu a clivagem entre interesses do patronato e dos trabalhadores rurais. Ao constituir-se no cerne da discussão sobre a Reforma Agrária, o tema da desapropriação de terras produtivas evidenciou a crucialidade da tecnologia para os agentes da agropecuária brasileira. A partir dessa discussão, os interesses de grandes proprietários (tradicionais e modernos) aglutinaram-se contra os interesses dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Sociologia. **Estado, sociedade e tecnologia agropecuária**. Brasília, 1988.
- FIGUEIREDO, V. de M. & ARAÚJO, C.E.P. Tecnologia agropecuária e movimento sindical de trabalhadores rurais. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 1(2):157-217, 1984.
- MARTINS, L. Estabilização da Economia ou privatização do Estado? **Ensaio de Opinião**, 1977.